

Boletim Gaúcho de Geografia

<http://seer.ufrgs.br/bgg>

A MULHER RURAL

Aaliye van der Shaaf

Boletim Gaúcho de Geografia, 21: 83-93, ago., 1996.

Versão online disponível em:

<http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38631/26358>

Publicado por

Associação dos Geógrafos Brasileiros



Portal de Periódicos
UFRGS

UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL

Informações Adicionais

Email: portoalegre@agb.org.br

Políticas: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/editorialPolicies#openAccessPolicy>

Submissão: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#onlineSubmissions>

Diretrizes: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#authorGuidelines>

Data de publicação - ago., 1996

Associação Brasileira de Geógrafos, Seção Porto Alegre, Porto Alegre, RS, Brasil

A MULHER RURAL

Aaliye van der Shaaf *

Este artigo trata do conteúdo do curso sobre a mulher rural no Encontro Estadual de Geografia. A primeira parte é uma introdução nos estudos de gênero numa forma geral para entrar na segunda parte na realidade da mulher rural que trabalha no regime familiar no Rio Grande do Sul.

Parte 1: estudos de gênero – As pesquisas sobre temas relacionados com a mulher são recentes. A obra pioneira foi o livro de Ester Besouro: *Women's Role in Economic Development*, publicado em 1970. Ela por primeira vez, mostrou que as mulheres tem um papel importante na produção agrícola ao nível mundial. A partir daí começaram a sair muitas pesquisas, estudos e documentos sobre mulheres, uma produtividade que continua até agora. No início os estudos eram meramente descritivos e empíricos com pouco fundamento teórico, depois começou a dar-se mais atenção à metodologia e a teoria. O resultado foi um conhecimento muito mais amplo sobre as vidas e as atividades das mulheres em todo o mundo. Quando no início tomava-se mulher como categoria analítica sem prestar atenção as diferenças de classe, de raça e de idade, pouco a pouco começou-se a perceber estas diferenças. Neste etapa é fundamental o avanço metodológico que houve com o sistema de sexo-gênero que foi introduzido por RUBIN (1975). Com este sistema a autora estabeleceu uma diferenciação entre o sexo biológico e o sexo social, ou seja, o gênero. Se uma pessoa nasce como homem ele recebe uma socialização como homem, segundo a identidade masculina válida nessa sociedade. Quando esta pessoa é uma mulher, sua educação será completamente diferente, baseada nos valores que se consideram femininos. Com a introdução deste sistema se deu o primeiro passo numa contestação fundamentada cientificamente à suposição que as diferenças entre homens e mulheres tinham uma base natural, biológica. Este sistema também permite explicar a diversidade das relações de gênero, paralela à diversidade cultural. Em vez de ter preocupação com uma resposta universal, como nas primeiras etapas de Antropologia de Gênero, o interesse agora está enfocado no funcionamento e a reprodução destas relações em seu contexto cultural.

Gênero – O gênero é um princípio estruturante em todas sociedades. Os papéis e identidades dos sexos, de homem e mulher, se definem dentro de uma cultura determinada e a posição das mulheres e dos homens não é constituída biologicamente, mas culturalmente. Se expressa nas condições de reprodução e produção e se reforça e confirma através dos sistemas culturais, religiosos e ideológicos. Joan Scott coloca a seguinte definição de gênero:

O gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas em diferenças percebidas entre os sexos e gênero e é uma maneira primária entre as relações de poder. (JOAN SCOTT, 1991)

Com a distinção entre *sexo* e *gênero* temos ferramenta conceitual para pesquisar sobre a identidade, posição e papéis dos homens e mulheres em diferentes culturas. Podemos pesquisar como estas relações se estabelecem, reproduzem, mudam e legitimam. Elas são diferentes segundo a cultura e dentro duma cultura cada pessoa tem a sua história. As mulheres em todas culturas tem filhos, são mães, esposas, irmãs etc, mas a maneira que elas exercem estas funções e a valorização é determinada culturalmente.

A mulher foi definida principalmente a partir do conceito da mãe e as atividades associadas. MOORE (1988) aponta que é importante que a associação entre mulher e mãe não é tão natural como parece. Precisa-se pesquisar as associações que relacionam a idéia entre mulher e mãe para conhecer a diversidade cultural no jeito de mãe e saber quanto a categoria mulher relaciona-se com os diferentes aspectos de maternidade e reprodução (MOORE, 1988).

Na segunda parte da definição, Scott afirma que temos que ver as relações de gênero em termos de poder. Assim Hirdman e Haavind em Brandth (1994), colocam que o sistema de gênero tem dois fundamentos: *diferença* ou *segregação* e *hierarquia*. O primeiro significa que masculinidade é determinada pelas qualidades que não são femininas e vice-versa, são conceitos relacionais.

(...) porque o gênero é constituído na interação entre homens e mulheres e um sexo condiciona a posição do outro sexo e vice-versa. Feminilidade apenas existe em relação à masculinidade e ao revés. A perspectiva relacional é especialmente relevante porque marido e esposa são tanto companheiros sentimentais quanto colegas de trabalho num estabelecimento agropecuário. (BRANDTH, 1994)

O segundo ponto supõe uma dominação masculina; a diferença esta estabelecida de tal maneira que o masculino sempre está super valorizado. Permite-se à mulher tudo enquanto ela o faz em relativa subordinação ao homem. O fato que o sistema de gênero baseia-se em diferença e hierarquia complica o entendimento de tendências em direção a mais igualdade. Geralmente os estudos enfocam na re-

construção das identidades de gênero em vez de um modelo com o final da representação das mulheres. Não sabemos portanto, se é possível uma construção de gênero sem a subordinação feminina (BRANDTH, 1994).

Esta visão sobre o sistema de gênero supõe que é dinâmico em si. Também é dinâmico no sentido que pode mudar segundo o contexto socioeconômico. Além disso, os papéis femininos e masculinos transformam-se individualmente durante o transcurso da vida de uma pessoa.

Machismo/marianismo – Na sociedade brasileira, como em toda América Latina, o modelo ideológico que define as identidades masculinas e femininas e seus papéis na sociedade é o *machismo* e *marianismo*. Segundo este modelo definem-se as identidades, as relações e a divisão de tarefas entre mulheres e homens. Com ele a hierarquia social, na qual as mulheres ficam subordinadas aos homens, é tanto prescrita como justificada. É o modelo que dá suporte às mulheres para sofrer muito, especialmente com respeito às atividades relacionadas com o matrimônio e os filhos. Segundo Stevens (in ARY, 1989).

O machismo é de orientação que pode ser descrita, como o culto da virilidade, tendo como características: agressividade, intransigência nas relações entre homens, e arrogância e agressão sexual nas relações homens-mulheres. (STEVENS in: ARY, 1989).

O homem é a cara de uma família para fora, para a vida pública e fica responsável pela manutenção da família. A contrapartida da imagem ideal do homem viril é o homem homossexual.

No que diz respeito ao marianismo, STEVENS o define da seguinte maneira:

(...) como o culto da superioridade espiritual feminina, segundo o qual as mulheres seriam semidivinas, moralmente e espiritualmente superiores que os homens.

A imagem ideal da mulher é a da Virgem Maria que se sacrifica por seu marido e seus filhos, e fica responsável das tarefas ligadas à reprodução biológica e social. A imagem negativa é a da prostituta com liberdade sexual.

Stevens chama ao marianismo o contra-poder do machismo, mas existem algumas objeções no que diz respeito a isso. Embora o modelo suponha poderes para os dois sexos, os homens para o exterior do lar e as mulheres na área espiritual, na realidade, estes dois tipos de poder não tem o mesmo valor social. O poder do homem é mais absoluto, porque se define-se no ambiente público, como responsável pela manutenção da família, onde são tomadas todas as decisões que também afetam o lar e onde se dividem os recursos que formam a base do poder. Além disso, embora o homem não tenha o poder espiritual, ele tem o poder sobre a reprodução e a sexualidade da mulher.

Embora vimos que as mulheres ficam inferiores aos homens no sistema ideológico, temos que ser cuidadosos com a imagem delas apenas como perdedoras, porque simplifica demais e impede um aprofundamento sobre o tema. Conhecer o modelo ideológico só é um primeiro passo para averiguar porque as mulheres aceitam estar em posições desfavoráveis, como se reproduzem estas posições e que estratégias utilizam elas para sobreviver.

Família e lar – O lar toma uma posição especial nas análises de gênero, porque organiza grande parte do labor reprodutivo e produtivo e é o lugar onde os macro e microprocessos se cruzam. A formação de cada indivíduo começa no lar e assim grande parte de seu desenvolvimento moral, social, laboral, ou seja, sua posição e possibilidades na sociedade depende da sua posição dentro do lar. Ao contrário, é verdade que as relações entre os membros são definidas por relações sociais, econômicas e ideológicas fora da unidade. (HARRIS in: MOORE, 1988) O caráter dessa formação sempre vai pelas linhas de gênero, independentemente das condições materiais ou outras variáveis.

Estes temas tem um caráter particular numa pesquisa no meio rural, porque o estabelecimento agropecuário é tanto o centro de produção quanto de reprodução. As relações de trabalho e as relações familiares se interpenetram e se complementam. A *divisão de tarefas por sexo* constitui um elemento básico na organização social destes processos, porque determina o controle que os homens e mulheres tem sobre o produto de seu trabalho e os meios de produção. (MACINTOSH in: WHATMOORE, 1988) Não temos o espaço aqui para entrar plenamente nos debates que ocorrem ao redor da divisão de tarefas por sexo, explicando os termos de reprodução/produção, cultura/natureza, esfera pública/privada (veja MOORE, 1988), mas basta aqui ressaltar que mais que uma divisão entre estes termos é necessário ver a relação que existe entre cada um deles porque as atividades numa esfera condicionam as atividades em outra esfera. Enquanto estudos de gênero, no sentido geral, é essencial pesquisar de que maneira as responsabilidades das mulheres dentro do lar repercutem na sua posição na sociedade e no mercado de trabalho. E quanto à posição das mulheres trabalhando no regime familiar, temos que ligar as responsabilidades que elas tem dentro do lar com as atividades que elas fazem ligadas à produção agrícola. Então, tanto a composição quanto a organização do lar tem um impacto direto na vida das mulheres, e particularmente no seu acesso a recursos e a trabalho. No entanto, aparecem uma série de dificuldades conceituais relacionadas com o lar.

Em primeiro lugar, com frequência a organização e as relações do lar são vistas como algo natural, em vez de algo a ser definido no contexto social, econômico e cultural. Isso obscurece o papel das mulheres e as relações de gênero. (YOUNG, 1981). A autora avisa que o perigo entre outros está na suposição que a distribuição de recursos que entram no lar é igualitária, um fato que tem sido contradito pela prática. Dentro da família cada indivíduo tem a sua posição e existem divisões sociais e desigualdades que estruturam a posição dos membros. (HARRIS in: WHATMOORE, 1988)

Em segundo lugar, existe uma confusão de *lar* com *família* ou *parentesco*. Normalmente o parentesco forma a principal união entre os membros do lar e através dele as pessoas tem acesso a recursos, mas é um equívoco igualar os dois termos. *Família* pode-se definir como uma unidade social baseada no parentesco, matrimônio e paternidade (YOUNG, 1991). *Lar* é um sistema de distribuição de recursos entre pessoas que podem ou não habitar permanentemente embaixo do mesmo teto, e cujos membros compartilham alguns objetivos, benefícios e recursos, são independentes em alguns e em outros estão em conflito (FELDSTEIN in: YOUNG, 1981) O *lar* é adequado como unidade de análise para obter dados sobre a posição socioeconômica das mulheres em câmbio do conceito *família* que sobretudo em estudos marxistas tem sido utilizado como unidade de análise, mas é inadequado para isso.

A família não é válida como conceito analítico, porque apenas existe como uma construção ideológica, já que as relações materiais de que está composto lar, parentesco e ideologia familiar, são específicos histórica e socialmente. (in: WHATMOORE, 1988)

O conceito *família* se serve num sentido mais global, porque indica um aspecto dinâmico e relacional ao nível de toda sociedade. O conceito *família* e os padrões familiares vão mudando continuamente em função da realidade social, econômica, cultural e vice-versa. Os padrões de família brasileira nas últimas décadas tem passado por uma mudança radical. (OLIVEITO, BERQUÓ, 1990) Dois aspectos sobre este tema interessam-nos especialmente. Em primeiro lugar, a família tradicional do tipo conjugal com filhos tem reduzido significativamente seu tamanho pela fecundidade mais baixa da mulher. Em segundo lugar, esse tipo de família tradicional tem dado lugar a outros tipos, entre outros às famílias encabeçadas por mulheres. Estas famílias vem aumentando pela pobreza e também pela sobrevivência masculina (et ali). Geralmente atribui-se a fecundidade mais baixa à modernização que também diminuiu a autoridade do pai e gerou uma individualização da mulher. Embora que estes processos especialmente aparecem no meio urbano, já tem mudado também os padrões familiares no meio rural.

Parte II: o meio rural – Analisando o meio rural atual, temos que observar o desenvolvimento de uma potente agroindústria no Brasil inteiro que transformou a agricultura por completo. Neste processo, que começou nos anos cinquenta, o setor de produção familiar assumiu um papel fundamental como abastecedor de alimentação a baixo preço e garantia assim a reprodução de força de trabalho. Segundo SPINDEL (1987), apesar da crescente imigração nesta época se preservava desta maneira um mercado de trabalho rural elástico e se criava um excedente na agricultura. Este excedente foi canalizado na criação de uma agroindústria com o governo militar a partir de 1964 que converteu a agricultura num mercado para os agroquímicos e maquinaria agrícola, e tanto de maneira direta quanto indireta, utilizava a agricultu-

ra como meio para reduzir o déficit com a produção de produtos de exportação, como por exemplo trigo, e através de abastecimento de materiais primários às empresas exportadoras. Esta política foi incentivada e implantada com a liberação de altos créditos rurais destinados apenas às grandes empresas. Mas o crédito subsidiado e os preços (subsidiados) baixos dos agroquímicos estimulou o consumo destes produtos e assim o governo foi capaz de formar uma agroindústria competente no mercado mundial (SPINDEL, 1987).

Agricultura familiar – No Rio Grande do Sul, onde a maior parte da população ativa rural trabalha na agricultura familiar, o impacto deste processo varia muito de uma região para outra, dependendo de sua capacidade de adaptação em que vários fatores de caráter socioeconômico e cultural contribuem. Porém, as diferenças e desigualdades sociais internas do setor agrícola tem aumentado de forma geral. Tomando em conta que a sobrevivência dos produtores agrícolas depende de sua capacidade de transição tecnológica, não é de estranhar que grande parte dos pequenos produtores ficou excluída, marginalizada, por falta de excedente e assim por possibilidades de investir. O quadro predominante deste setor neste momento é a pauperização, e um nível de profissionalismo baixo e dependência absoluta da agroindústria que estabelece as regras segundo suas necessidades. Em consequência da industrialização do campo, a diminuição da necessidade de mão de obra permanente na agricultura é cada vez mais evidente. Esta sendo substituída por uma mão de obra mais flexível, temporária, com trabalho apenas em períodos fixos por ano. Este tipo de trabalho não oferece nenhum tipo de garantia e condições péssimas de trabalho. Porém, a sobrevivência deste setor agrícola depende agora das alternativas de trabalho assalariado que oferece a região e a composição da família para aproveitar estas alternativas. A falta de perspectivas futuras e a má imagem que tem o trabalho no meio rural favorece o êxodo dos jovens que tentam a sua sorte na cidade. Mas em muitos casos eles se convertem em “bóias frias” que realizam o trabalho agrícola temporário por falta de possibilidades no mercado laboral na cidade.

Além disso, ainda que os pequenos agricultores fiquem responsáveis pela maior parte da produção de alimentação para o mercado interno, falta uma política agrícola com atenção para eles. Assim, neste momento o setor está enfrentando os primeiros efeitos do Mercosul. A entrada de produtos por um preço menor, agrava ainda mais a situação precária dos pequenos agricultores. Muitas famílias desistiram e venderam seu lote de terra para vir para a cidade. A industrialização do campo e a desaparecimento de muitas propriedades agropecuárias, significou uma redução do número de mulheres em regime familiar e um aumento significativo (dobrar ou triplicar) da participação delas nos trabalhos assalariados no campo, tanto permanente quanto temporário, sempre caracterizada pela sua desigualdade em quanto a condições laborais em comparação com os homens.

Além disso, Guimarães e Brito (in: SIQUEIRA, 1991) colocam que nas áreas de desenvolvimento capitalista mais avançado o trabalho feminino de caráter tempo-

rário é maior que em outras áreas. Assim como em outros estudos, estas autoras apontam para a relação entre a desqualificação do trabalho agrícola e a crescente feminização da agricultura que acontece em nível mundial.

Divisão sexual de tarefas— Duas características importantes dos estabelecimentos agropecuários pequenos são a policultura e o uso do trabalho familiar. Apenas esporadicamente se trabalha com assalariados. Esta mão de obra familiar utiliza-se conforme a composição do lar e a quantidade dos membros em relação às suas necessidades. Cabe destacar aqui que a escassez de terra distorceu muito esta relação e cada vez mais a agricultura de tempo integral está sendo substituída por uma agricultura de tempo parcial. Nestas estratégias de sobrevivência, a divisão de tarefas que designa-se a cada membro do lar depende principalmente do sexo, embora a idade seja também um fator determinante.

O papel das mulheres no regime familiar depende em primeiro lugar do tamanho do estabelecimento agropecuário. A participação delas na produção agrícola é maior nos estabelecimentos mais pequenos com uma produção para a subsistência significativa.

No que se diz respeito ao conteúdo dos trabalhos femininos, normalmente as mulheres são responsáveis dos produtos para o autoconsumo e da manutenção da lavoura mais próxima da moradia. Segundo o estudo de Halsema (1991) no Rio Grande do Sul as tarefas das mulheres ligadas à reprodução são: lavar as roupas, cozinhar, cuidar dos filhos e limpar a casa e o quintal. As tarefas das mulheres ligadas à esfera agrícola são: trabalhar na horta, tirar leite das vacas e alimentar as galinhas.

Os homens geralmente trabalham nos produtos para a venda e, em muitos casos são eles quem comercializam os produtos. Na pesquisa de HALSEMA (1988) nota-se que as tarefas masculinas são: arar a terra, cuidar os porcos e os negócios.

Isso são as atividades que estão bem definidas por sexo, agora a autora coloca que também há tarefas que não, necessariamente, são masculinas ou femininas. É trabalho ligado à lavoura, como semear, limpar e colher, os trabalhos que não são tão regulares como os outros trabalhos e que ocorrem só em períodos fixos por ano. Neste tipo de atividades a divisão de tarefas vai mais em função de mão de obra disponível durante um período curto.

A divisão de tarefas não é estática e um fator que influi na sua mudança é a mecanização. No caso de mecanização duma tarefa, essa tarefa torna-se masculina, como por exemplo acontece com tirar leite das vacas. Quando começa usar máquinas para ordenhar, deixa de ser uma tarefa feminina.

O quadro que fizemos das mudanças na divisão de trabalho por gênero é em função de que as tarefas específicas por gênero permanecem as mesmas, enquanto que parte das tarefas que não eram específicas por gênero tornam-se masculinas. No passado, os homens tinham menos número de tarefas específicas por gênero que as

mulheres, mas, no caso da mecanização, parte das tarefas que não eram específicas por gênero (semear, limpar e colher), tornam-se suas. Assim, o argumento de que as identidades de gênero com relação ao trabalho tornam-se mais demarcadas, tem duas implicações: primeiro, as pessoas passam uma maior parte de seu tempo em tarefas específicas por gênero; segundo, que uma maior parte da totalidade das tarefas torna-se específica por gênero. (HALSEMA, 1991)

Assim vemos que, quanto mais mecanizado fica um conjunto de tarefas num estabelecimento agrícola, mais afastada está a mulher do trabalho agrícola e mais isolada na esfera doméstica. O ser agricultor é a ligação com o mundo exterior para os homens, enquanto para as mulheres o ser dona de casa exclui ela desta ligação e assim do mundo dos sindicatos, cooperativas e organismos governamentais (HALSEMA, 1991). Isso não significa que no caso contrário a mulher tem essa ligação com o mundo exterior. O profissional é sempre o homem e na realidade é a mesma mulher que afirma isso. Geralmente a mulher não participa na tomada de decisões relacionadas com a produção e é o homem quem define a divisão de tarefas nesta área, o qual dá mais poder aos homens.

Através da definição de certas tarefas como masculinas, mais poder é atribuído aos homens do que às mulheres. A organização e divisão de trabalho a ser feito na propriedade é explicitamente definida como uma tarefa masculina. É aqui que a definição por gênero não é confinada a divisão do trabalho, mas também divide e atribui poder. (HALSEMA, 1991)

Portanto, a problemática de gênero em relação à agricultura familiar é a falta de reconhecimento das atividades femininas como trabalho. O trabalho das mulheres é considerado uma parte essencial das obrigações de filha, irmã, mãe e esposa, uma continuação das funções sociais da mulher e não como trabalho real. Fala-se da ajuda da mulher a seu parceiro, não de trabalho. Inclusive as próprias mulheres afirmam isto.

O termo "ajuda" assim, refere-se a uma atribuição de caráter secundário, subalterno, de menor importância do que a atividade principal. Caracteriza-se, também, pelo caráter de subordinação, pois o ajudante é o subordinado naquela atividade, aquele que não é o principal responsável pelo processo de tomada de decisões decorrentes da mesma. (BRUMER, 1995)

Esta falta de reconhecimento da mulher rural no regime familiar como profissional, gera uma invisibilidade do trabalho feminino. Nas estatísticas oficiais ele não

aparece por ser trabalho sem remuneração e assim sem contabilização. Além de não ter um salário para medir, elas geralmente também não tem propriedades que estejam registradas em seu nome. Ou seja, ela não está registrada em lugar nenhum como trabalhadora rural.

A invisibilidade se agrava pela elevada proporção de pequenas propriedades onde a produção para a venda é paralela à produção para o autoconsumo e onde as mulheres trabalham quase a mesma quantidade de tempo de que o homem na exploração, sem deixar a sua responsabilidade com o lar. Aqui pode-se justificadamente falar duma dupla o tripla jornada que a mulher exerce.

O dia da mulher é sobrecarregado de trabalho. Indica a dupla e a tripla jornada (casa, agricultura, militância). Ela se vê obrigada a participar na reprodução da família via contribuição salarial ou na atividade de produção (preparo do solo até a colheita). Entretanto, as atividades consideradas domésticas, tais como lavar, passar, cozinhar, levar os filhos aos médicos, conversar com as professoras, etc., são tarefas exclusivas das mulheres, enquanto a comercialização dos frutos do trabalho é tarefa masculina. Além disso, elas não tem o direito de participar de forma igualitária na administração da renda, fruto do trabalho familiar. (SIQUEIRA, 1991)

Além disso, a falta do status oficial de trabalhadora rural significa uma total dependência do parceiro. Ela não tem carteira própria para vender e não tem direito à previdência social, só no caso de ser viúva.

Pela falta de valorização do trabalho da mulher no estabelecimento agrícola e as dificuldades que o setor está enfrentando, observa-se que em muitos casos são as mulheres que preferem trabalhar fora. Com uma renda própria a mulher sente-se mais valorizada. Além disso, faltam mais perspectivas no futuro para ela, porque geralmente a herança é destinada ao homem.

É neste contexto que temos que ver a luta do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Rio Grande do Sul (MMTR-RS). Ele reivindica o reconhecimento do status profissional das trabalhadoras rurais e os direitos que possam advir disto. Embora que o movimento reafirma o papel tradicional das mulheres rurais, através da participação no movimento elas experimentam que as relações de gênero são questionáveis e mutáveis. Desta maneira, a atuação no movimento, concentra-se na redefinição da identidade feminina, tanto ao nível pessoal, quanto profissional reivindicando espaço próprio e autônomo de atuação na sociedade.

Conclusões – Apesar de sua importância, o trabalho da mulher no regime familiar é muito pouco valorizado, aliás, não é reconhecido como trabalho, senão como ajuda, o qual gera uma invisibilidade do trabalho feminino com a conseqüente falta de condições profissionais. A participação das mulheres na agricultura familiar está

concentrada nas unidades agrícolas mais pequenas que tem um papel menor no mercado. No que diz respeito à divisão de tarefas, vemos uma distinção clara de gênero; no trabalho manual observamos uma concentração de mulheres e no trabalho mecanizado predominam os homens. Isso reafirma a tendência na agricultura toda que com uma desqualificação do trabalho agrícola, a participação feminina aumenta.

A situação descrita das trabalhadoras rurais mostra a necessidade de ampliar a definição de trabalho. Trabalho não é apenas o que as pessoas fazem, mas uma definição também tem que incluir as condições em que se faz este trabalho e seu valor social dentro de um contexto cultural e socioeconômico para entender porque algumas atividades são mais importantes que outras.

Ao nível metodológico isso significa que temos que ir além das estatísticas e acrescentar nossa análise com um estudo qualitativo. Tomando em conta os aspectos de estudos de gênero expostos na primeira parte deste artigo, pode-se explicar a posição subordinada das mulheres rurais que trabalham no regime familiar e visualizar os maiores obstáculos que elas tem que enfrentar para ter uma certa autonomia.

-
- ALBUQUERQUE, L. & RUFINO, I. Elementos que dificultam a participação da mulher no processo de Reforma Agrária. In: LAVINAS, L. (coord.), *Mulher rural: identidades na pesquisa e a luta política*. Rio de Janeiro, IPPUR/UFRJ, dez. 1987.
- ARY, Zairy. Marianismo como "culto" da Superioridade espiritual da Mulher: Algumas indicações da presença deste Estereótipo no Brasil. In: *Revista de Ciências Sociais*, Vol. 20/21, nº/2, 1989/90.
- BRANDT, Berit. Changing Femininity; the Social Construction of Women Farmers in Norway, in: *Sociologia Ruralis*, Vol. XXXIV, nº 2-3, p.127-149, 1994.
- BRUMER, Anita. A participação das mulheres na produção familiar agrícola. *Faper* apresentado no PIPSA, nov. 1995.
- CASTRO, M. G. A dinâmica entre classe e gênero na América Latina: apontamentos para uma teoria regional sobre gênero. In: *Mulher e políticas públicas*. Rio de Janeiro, IBAM/UNICEF, 1991.
- CORREA, Mariza. *Mulher e família*, em: BIB 3, ANPOCS, Editora Cortez, São Paulo, 1990.
- GUIMARÃES, L.S.P. & BRITO, S. De camponesa a bóia-fria: transformações do trabalho feminino. In: LAVINAS, L. (coord.), *Mulher rural: identidades na pesquisa e a luta política*. Rio de Janeiro, IPPUR/UFRJ, dez. 1987.
- HALSEMA, Ineke. *Housewives in the Field; Power, Culture and Gender in a South-Brazilian village*. CEDLA, Amsterdam, 1991.
- HEILBORN, M.L. Gênero e condição feminina: uma abordagem antropológica. In: *Mulher e políticas públicas*. Rio de Janeiro, IBAM/UNICEF, 1991.
- LAVINAS, Lena. Identidade de gênero: um conceito da prática. XII Encontro Anual da ANPOCS, Caxambú, APOCS, out. 1989.
- LAVINAS, Lena. Produtoras rurais: a novidade dos anos 90: ensaios e debates. *Reforma Agrária*, Maio/Agosto 1991.
- MOORE, Henriette I. *Feminism and Anthropology*. Polity Press, England, 1988.
- OLIVEIRA, L.A.P. de. Fecundidade rural no Brasil: o significado das mudanças recentes. In: LAVINAS, L. (coord.), *Mulher rural: identidades na pesquisa e a luta política*. Rio de Janeiro, IPPUR/UFRJ, dez. 1987.
- PIPSA. *Cadernos de Sociologia 3: A pesquisa social da agricultura do Sul do Brasil*. UFRGS, Porto Alegre, RS, 1993. *Cadernos de Sociologia 6: Produção familiar, processos e conflitos agrários*, UFRGS, Porto Alegre, RS, 1994.
- Rubin, Gayle. The Traffic in Women: notes on the political economy of sex. In: RAPP, Rayna (ed.) *Towards an Anthropology of Women*. New York. Monthly Review Books, 1975.

- SCOTT, Joan. O gênero: uma categoria útil para a análise histórica. *Revista Educação e Realidade*, nº 2, vol. 15, Porto Alegre.
- SIQUEIRA, Deis Elucy. A organização das mulheres trabalhadoras rurais: o cruzamento de gênero e de classe social. In: SIQUEIRA, D.E.; TEIXEIRA, João Gabriel L.C.; GROSSI PORTO, Maria Stela. *Tecnologia agropecuária e a organização dos trabalhadores rurais*. Brasília, Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, 1991. pp.57-89.
- SPINDEL, Cheywa R. The social invisibility of Women's Work in Brazilian Agriculture. In: *Rural Women and State Policy; Feminist Perspectives on Latin American Agricultural Development*. Westview Press/ Boulder and London (ed.) Carmen Diana Deere and Magdalena León, 1987)
- YOUNG, Kate. WOLKOWITZ, Carol and McCULLAGH, Roslyn (eds). *Of Marriage and the Market*. London, CSE Books, 1981.
- YOUNG, Kate. La gestión doméstica. In: *Género y Desarrollo*, Documento basado en un estudio elaborado para la Dirección General de Desarrollo, Instituto de la Mujer, Comisión de las Comunidades Europeas, Bruselas, 1991.
- VARIKAS, E. *Os usos do gênero*. São Paulo, Universidade de São Paulo, Núcleo de Estudos da Mulher e Relações Sociais de Gênero, 1989.

* Antropóloga, doutoranda pela Universidade Autónoma de Madrid, visitante por intercâmbio na UFF.